



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - Brasília/DF - CEP 70070-600
www.cnj.jus.br

PLANO

PLANO DE TRABALHO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 37/2022

1. DA IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPES

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) CNPJ 07.421.906/0001-29
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, por meio do CENTRO DE PESQUISAS JUDICIAIS (CPJ) CNPJ 34.102.228/0001-04
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA CNPJ 13.612.840/0001-57

2. JUSTIFICATIVA

O presente acordo objetiva a realização de pesquisa para mapear e analisar as cadeias de lavagem de bens e capitais relacionadas a crimes ambientais. O estudo é relevante, pois a criminalidade pode ser reduzida desde que governos e setor privado prestem mais atenção à circulação de lucros de crimes ambientais em mercados e setores financeiros e fortaleçam a atuação conjunta de órgãos policiais nacionais e internacionais. Além disso não existem muitos estudos realizados sobre crimes ambientais que considerem o recorte sobre casos que envolvem cadeias de financiamento e lavagem de dinheiro. Assim, ao relacionar esses dois temas, será possível utilizar as sanções previstas nas leis de combate à lavagem de dinheiro (que muitas vezes são mais dissuasivas do que as leis de crimes ambientais) e gerar recomendações a respeito do tema.

3. OBJETO

O presente acordo tem por objeto a cooperação técnico-científica e institucional entre o CNJ, a AMB e a ABJ, com vistas ao intercâmbio de experiências, informações e tecnologias e à implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo que tenham como objetivo o desenvolvimento de pesquisas científicas, o aperfeiçoamento da governança ambiental, a expansão do conhecimento voltado para a proteção ao meio ambiente e o aprimoramento da atuação dos membros do Poder Judiciário brasileiro.

O objeto do acordo e as obrigações decorrentes deste ato serão restritos à temática da pesquisa intitulada *A atuação jurisdicional nos crimes relacionados ao meio ambiente*.

4. METAS A SEREM ATINGIDAS

Para o desenvolvimento do estudo, três fases de pesquisa foram inicialmente estabelecidas, uma quantitativa e duas qualitativas. Cada uma das três fases envolverá uma série de atividades, com partes envolvidas, resultados esperados e período de execução listados a seguir.

5. ETAPAS E FASES DE EXECUÇÃO

FASES DE PESQUISA	ATIVIDADES	PARTES ENVOLVIDAS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO FINAL DE ENTREGA
1ª etapa: identificação dos processos judiciais.	Construção da metodologia: - Definição dos tipos de processos a serem levantados. - Definição das categorias de identificação dos processos (temas, assuntos e classes processuais). - Entrega escrita da metodologia.	ABJ e AMB, com apoio do CNJ, por meio do Termo de Cooperação Técnica n. 37/2022.	Responder às perguntas de pesquisa: I. quais são as atividades que conectam e alimentam a cadeia de fluxos de capitais que promovem o desmatamento? II. quem são os atores envolvidos nos casos de	27/10/2022
	Viabilização e definição do acesso aos metadados do DataJud, contribuindo com orientações quanto ao uso, à aplicação de regras de parametrização e às regras negociais de uso das bases de dados, sempre que necessário.	CNJ	lavagem de dinheiro e corrupção relacionados a crimes ambientais?	27/10/2022
	Levantamento de amostra dos processos da base de dado Sirenejud da região da Amazônia Legal.	ABJ		10/11/2022
	Leitura de uma amostra de processos (DataJud e Sirenejud) para avaliar a viabilidade de realizar pesquisa com a utilização dessas fontes de dados.	CNJ		31/12/2022

	Levantamento dos processos nas bases de dados do Banco de sentenças da Justiça	ABJ	27/1/2023

FASES DE PESQUISA	ATIVIDADES	PARTES ENVOLVIDAS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO FINAL DE ENTREGA
	Federal da Amazônia Legal (TRF1).			
	Classificação dos processos com emprego de técnicas de jurimetria para as bases do Banco de Sentenças da Justiça Federal da Amazônia Legal (TRF1).	ABJ		10/2/2023
	Sistematização e relatório de análise descritiva sobre o levantamento e a classificação dos processos, para as bases do Banco de Sentenças da Justiça Federal da Amazônia Legal (TRF1).	ABJ		17/2/2023
	Entrega de relatório preliminar com resultados da 1ª fase, que contenha interpretações da análise descritiva e resultados da leitura de amostra de processos.	ABJ		3/3/2023
	Análise do relatório preliminar.	AMB, com apoio do CNJ		10/3/2023
2ª etapa: análise documental de processos judiciais.	Construção da metodologia: - Definição das características da base amostral. - Definição das categorias para a classificação manual dos processos.	ABJ, CNJ e AMB	Responder às perguntas de pesquisa: III. Quais são os desafios na diferenciação entre atividades legais e ilegais para fins de identificação de fluxos de lavagem de capitais?	21/11/2022

	- Entrega escrita da metodologia.		
--	-----------------------------------	--	--

FASES DE PESQUISA	ATIVIDADES	PARTES ENVOLVIDAS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO FINAL DE ENTREGA
	Obtenção da amostra para leitura.	ABJ e CNJ	<p>IV. Quais as teses jurídicas de defesa mais utilizadas nas ações envolvendo lavagem de dinheiro, fluxos de capitais para atividades ambientais ilegais e lavagem de dinheiro?</p> <p>V. existem padrões identificáveis nos casos judicializados quanto às circunstâncias, características dos autores, modalidades e tipos de crimes ambientais?</p> <p>VI. quais são as decisões tomadas e seus fundamentos jurídicos de fato e a razão de decidir apresentadas nesses casos.</p> <p>VIII. quais os principais segmentos econômicos ou grupos empresariais que estão envolvidos na cadeia de produção que tenha alguma relação com crime ambiental (indústria de equipamentos pesados, maquinário agrícola, maquinário de mineração, taxi aéreo, bancos e instituições financeiras de fomento agrícola, leasing)?</p> <p>XII. há correlação entre a incidência de crimes contra a vida ou ameaça em regiões de alta ocorrência de desmatamento, ou</p>	23/1/2023
	Sistematização e análise do teor dos processos – 30%.	CNJ		11/4/2023
	Entrega de relatório de análise processual com resultados da 2ª etapa.	CNJ		11/5/2023
	Entrega de painel de BI com os principais dados do banco de sentenças do TRF1 e resultados da pesquisa.	ABJ		18/5/2023
	Análise do relatório e do painel.	AMB, com apoio do CNJ		25/5/2023

			<p>mineração ilegal ou crimes ambientais em geral?</p> <p>XIII. há relação entre a ocorrência da alta incidência de demandas judiciais de conflitos fundiários com crimes ambientais ou crimes contra a vida?</p> <p>XIV. qual o tempo de duração médio das ações criminais que envolvam a temática ambiental?</p> <p>XV. qual a quantidade de ações criminais que apurem crimes contra a vida ou de ameaça contra pessoas ligadas à defesa do meio ambiente ou de movimentos relacionados à</p>	
--	--	--	--	--

FASES DE PESQUISA	ATIVIDADES	PARTES ENVOLVIDAS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO FINAL DE ENTREGA
			<p>maquinário de mineração, taxi aéreo, bancos e instituições financeiras de fomento agrícola, leasing)?</p> <p>XII. há correlação entre a incidência de crimes contra a vida ou ameaça em regiões de alta ocorrência de desmatamento, ou mineração ilegal ou crimes ambientais em geral?</p> <p>XIII. há relação entre a ocorrência da alta incidência de demandas judiciais de conflitos fundiários com crimes ambientais ou crimes contra a vida?</p> <p>XIV. qual o tempo de duração médio das ações criminais que</p>	

			<p>envolvam a temática ambiental?</p> <p>XV. qual a quantidade de ações criminais que apurem crimes contra a vida ou de ameaça contra pessoas ligadas à defesa do meio ambiente ou de movimentos relacionados à proteção de populações indígenas e/ou povos tradicionais que ingressam por ano? Qual o tempo de duração médio dessas ações? Quais as espécies de crime cometidas? Qual a efetividade da identificação da autoria e do cumprimento da pena?</p> <p>XVI. qual a quantidade de ações criminais que apurem crimes relacionados à questão fundiária que ingressam por ano? Qual o tempo de duração médio dessas ações? Quais as espécies de crime cometidas? Qual a efetividade da identificação da autoria e do cumprimento da pena?</p>
--	--	--	--

FASES DE PESQUISA	ATIVIDADES	PARTES ENVOLVIDAS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO FINAL DE ENTREGA
3ª etapa: aplicação de questionário estruturado e entrevistas.	<p>Construção da metodologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição dos atores que deverão responder ao questionário ou conceder entrevista. - Definição dos instrumentos a serem aplicados. 	CNJ/ AMB	<p>Responder às perguntas de pesquisa:</p> <p>III. quais são os desafios na diferenciação entre atividades legais e ilegais para fins de identificação de fluxos de lavagem de dinheiro?</p>	31/12/2022

- Entrega escrita da metodologia.			IV. quais as teses jurídicas de defesa mais utilizadas nas ações que envolvem lavagem de dinheiro, fluxos de capitais para atividades ambientais ilegais e lavagem de dinheiro?	
Elaboração dos instrumentos a serem aplicados (questionário e roteiro de entrevista semiestruturado).	CNJ		VI. quais são as decisões tomadas e seus fundamentos jurídicos de fato e a razão de decidir apresentadas nesses casos? VII. qual o papel do Poder Judiciário no combate à lavagem de dinheiro e corrupção relacionados a crimes ambientais?	20/1/2022
Entrega de relatório com a sistematização das respostas coletadas pelas entrevistas com magistrados(as), membros do Ministério Público e delegados(as) e agentes da Polícia Federal.	CNJ		IX. como especificar, em caso de crimes ambientais complexos e de grande monta, os mandantes indiretos? Há pessoas jurídicas envolvidas? Há desconsideração de pessoa jurídica nesses casos? X. há normas de ESG (<i>environmental, social, and governance</i>) que podem reduzir a lavagem de capitais e o fluxo de capitais para atividades ambientais ilegais?	10/5/2023
Entrega de relatório com a sistematização das respostas coletadas pelas entrevistas com servidores(as) do Ibama, ICMBio, MMA, Sistema Florestal Brasileiro, Funai e membros da sociedade civil que atuam na temática.	CNJ		XI. há atos normativos ou diretrizes no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), do Banco Central do Brasil e/ou do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)	26/6/2023

			que podem facilitar a identificação de fluxo de capitais em matéria ambiental? XII. há correlação entre a incidência de crimes contra a vida ou ameaça em regiões de alta ocorrência de desmatamento, ou mineração ilegal ou crimes ambientais em geral? XIII. há relação entre a ocorrência da alta incidência de demandas judiciais de conflitos fundiários com crimes ambientais ou crimes	
	Análise do relatório.	AMB, com apoio do CNJ		3/7/2023

FASES DE PESQUISA	ATIVIDADES	PARTES ENVOLVIDAS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO FINAL DE ENTREGA
Relatório final.	Escrita do texto final da pesquisa, englobando e sistematizando os resultados quantitativos e qualitativos compartilhados pelos demais participantes.	AMB	Elaboração, publicação e divulgação do relatório.	3/8/2023
	Análise do texto da pesquisa.	CNJ		17/8/2023
	Revisão do texto final da pesquisa, englobando e sistematizando os resultados quantitativos e qualitativos compartilhados pelos demais participantes.	AMB		24/8/2023
	Revisão textual do relatório.	CNJ		8/9/2023
	Disponibilização do código-fonte, tabelas, imagens, gráficos ou banco de dados criados.	ABJ e AMB		24/8/2023
	Diagramação da arte final do relatório.	AMB e CNJ		11/9/2023
	Publicação e divulgação do relatório.	CNJ, AMB e ABJ		15/9/2023

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividades	Mês												
	1 – Set./ 22	2 – Out. /22	3 – Nov. /22	4 – Dez./ 22	5 – Jan. /23	6 – Fev. / 23	7 – Mar. /23	8 – Abr. /23	9 – Maio /23	10 – Jun. /23	11 – Jul. /23	12 – Ago. /23	13 – Set./ 23
Projeto e tramitação administrativa	x												
Primeira etapa			x	x	x	x	x						
Segunda etapa			x	x	x	x	x	x	x				
Terceira etapa				x	x	x	x	x	x	x	x		
Relatório final											x	x	
Divulgação Relatório													x

Ministra ROSA WEBER

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Juiz FREDERICO MENDES JÚNIOR

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros

Sr. JÚLIO ADOLFO ZUCON TRECENTI

Secretário-Geral da Associação Brasileira de Jurimetria

Sr. IGOR PRETEL

Diretor Financeiro da Associação Brasileira de Jurimetria



Documento assinado eletronicamente por **ROSA MARIA PIRES WEBER, PRESIDENTE**, em 31/05/2023, às 20:58, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Igor Pretel, Usuário Externo**, em 01/06/2023, às 14:30, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Julio Adolfo Zucon Trecenti, Usuário Externo**, em 01/06/2023, às 17:42, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Mendes Júnior, Usuário Externo**, em 09/06/2023, às 12:31, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1565453** e o código CRC **4592FE0A**.
